

AGOSTINHO JOSÉ DE OLIVEIRA MACHADO, UM BACHAREL NEGRO NO SÉCULO XIX

AGOSTINHO JOSÉ DE OLIVEIRA MACHADO, A BLACK GRADUATE IN THE XIX CENTURY

Alessandro Cavassin ALVES*

Resumo: O presente texto tem por objetivo recuperar a biografia de um brasileiro negro no século XIX, Agostinho José de Oliveira Machado, advogado, professor, escritor e membro atuante do partido liberal. Nascido em Santos, conseguiu o título acadêmico de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela faculdade de São Paulo, em 1843, o que lhe proporcionou autonomia profissional e intensa participação política. Seria mais um exemplo da referência do fenômeno da “ascensão do bacharel e do mulato” no Brasil do século XIX que Gilberto Freyre discute no seu clássico livro *Sobrados e Mucambos*. Tanto as biografias discutidas por Freyre, somada a de Agostinho, perpassam enfrentamentos aos preconceitos raciais, confirmando a necessidade de se forjar um novo país, aproximando-os da atual teoria decolonial e do lugar epistêmico de negro nesta sociedade.

Palavras-Chaves: Agostinho José de Oliveira Machado; bacharel negro; Brasil do século XIX;

Abstract: The present text aims to recover the biography of a black Brazilian in the 19th century, Agostinho José de Oliveira Machado, lawyer, professor, writer and active member of the liberal party. Born in Santos, he obtained a bachelor's degree in Social and Legal Sciences from the São Paulo University, in 1843, which gave him professional autonomy and intense political participation. He would be another example of the reference to the phenomenon of the "rise of the graduate and the mulatto" in 19th century Brazil that Gilberto Freyre discusses in his classic book *Sobrados e Mucambos*. The biographies discussed by Freyre, as well as the one by Agostinho, all go through confrontations with racial prejudices, confirming the need to forge a new country, bringing them closer to the current decolonial theory and the epistemic place of black people in this society.

Key words: Agostinho José de Oliveira Machado; black graduate; 19th century Brazil;

A ascensão do bacharel e do mulato no Brasil do século XIX

Gilberto Freyre, no livro *Sobrados e Mucambos*, publicado em 1936, sendo revisto e reeditado ao longo do tempo pelo próprio autor, apresenta, entre outros pontos, o fenômeno da “ascensão do bacharel e do mulato”, como duas grandes forças, novas e triunfantes, “às vezes reunidas numa só”, no século XIX brasileiro (FREYRE, 2004, p. 711)¹. Era impossível não percebê-los, diz Freyre. Bacharéis em direito ou médicos, engenheiros, padres, entre outras profissões, “valorizados pelo saber técnico ou

* Doutor em Sociologia - Programa de Pós-graduação em Sociologia - Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, PR - Brasil. E-mail: alessandrocavassin@gmail.com.

acadêmico” (FREYRE, 2004, p. 748) e na qual negros e mulatos, embora em minoria, estavam a galgar. Assim, era também o “meio-termo” ou “a meia raça a fazer de classe média, tão débil dentro do nosso sistema patriarcal” (FREYRE, 2004, p. 430). Era a “assimilação da técnica do europeu ou do anglo saxão pelo ‘mulato da terra’” (FREYRE, 2004, p. 464).

A ascensão social para os negros e mulatos, entretanto, como bem salienta Freyre, era de enfrentamento e luta contra os “preconceitos de branquidade”, que “só raramente ocorreu de modo menos dramático” (FREYRE, 2004, p. 723). “Mulatos que tendo se bacharelado em Coimbra ou nas Academias do Império foram indivíduos que nunca se sentiram perfeitamente ajustados à sociedade da época: aos seus preconceitos de branquidade, mais suaves que noutros países, porém não de todo inofensivos” (FREYRE, 2004, p. 728).

Eis a tese da democracia racial brasileira de Gilberto Freyre, de que no Brasil, os preconceitos foram “mais suaves que noutros países”. Entretanto, Freyre tinha plena consciência das dificuldades raciais enfrentadas, em especial, quando biografias reais eram levantadas pelo sociólogo. Mas, de acordo com o autor, forjava-se um novo período na história brasileira. Bacharéis e doutores “moços” em oposição ao velho e branco ou quase branco “capitão-mor”; o urbano em oposição ao rural; os novos sobrados em oposição às velhas casas-grandes; era a “ascensão do brasileiro nato e até do mulato aos cargos públicos e à aristocracia de toga” (FREYRE, 2004, p. 714). Entretanto, da oposição não se fez aniquilação, mas o misto entre o novo e o arcaico, entre o burguês e o patriarcal, entre o branco e o negro. Enfim, “caracteristicamente brasileiro, isto é, mestiço; ou culturalmente plural” (FREYRE, 2004, p. 731) e na qual se carrega toda sorte de um passado patriarcal, escravista, tutelar e monocultor, sendo a família sua base nuclear. Eis o paradoxo, em Freyre, mas, eis, também, um porvir.

E, ao longo do livro, Gilberto Freyre vai destacando exemplos de um Brasil que se formou com a presença deste povo mestiço. No final do século XVIII, da Conjuração baiana de 1798, ficou o exemplo de ideais que buscavam a igualdade social, divulgada por negros e pardos, como *João de Deus Nascimento*.

Apressavam-se em ver realizado no País o que lentamente vinha já acontecendo, que era aquela ascensão de valores por meio da capacidade, isto é, da inteligência, do saber, da bravura dos indivíduos, a despeito de sua raça, de sua classe e de sua região de origem tenderem para a sua estagnação entre os elementos servis ou secundários da sociedade. (...).

[Entretanto], quando a origem, as alianças, as riquezas ou o mérito pessoal permitem a um mulato ambicionar um lugar – escreveu Rugendas – é muito raro, e pode-se mesmo dizer que não ocorre nunca, que sua cor ou a mistura do seu sangue se tornem um obstáculo para ele. Seja ele embora muito escuro é registrado como branco e nesta qualidade figura em todos os seus papéis, em quaisquer negociações e está apto a ocupar qualquer emprego (FREYRE, 2004, p. 757).

O pintor alemão Johann M. Rugendas, que viajou por todo o Brasil entre 1822 a 1825, verificava a extrema dificuldade de se conseguir tal ideário de igualdade social proposto na revolução os “alfaiates”. Mas, a “branca” nobreza da terra foi incorporando novos elementos, inclusive por casamentos, que se sobressaíam por sua bravura, por suas conquistas, por suas atividades, pela beleza, mas diferentes na cor; e no século XIX, destacaram-se os chamados “títulos escolares”, muitos deles conseguidos a duras penas por pessoas marginalizadas. Como o do *Dr. Henrique Félix de Dacia* que chegou a ser juiz de direito da comarca de Bragança, Pará, chefe de polícia e deputado provincial nessa província, e que se insurgia contra o preconceito e a falta de oportunidades aos negros.

Em 1834, o Dr. Henrique Félix de Dacia, não sabemos se negro ou mulato, mas ‘Bacharel e advogado público’ muito orgulhoso do seu título e até de sua cor, aparece n’*O Censor Brasileiro*, insurgindo-se contra o preconceito de se reservarem ‘as sciencias e os cargos’ para os brancos: ‘querem que um pobre homem de cor não passe de um simples artista’; ‘querem antes dar-lhe uma esmola do que franquear-lhe aquellas condecorações, e lucros, que por direito lhe pertencem: eu não tenho descançado; hei de ser sempre victima desses soberbos, porém, jamais serei humilde com elles’. Era a voz do bacharel de cor fazendo-se expressão já arrogante dos seus próprios direitos. Querendo livrar-se quase revolucionariamente da subordinação do branco (FREYRE, 2004, p. 28).

E os exemplos continuam, como as lutas do advogado, militante e revolucionário *José da Natividade Saldanha*, mulato; as figuras emblemáticas dos *engenheiros Rebouças*, negros; a ação do filósofo socialista, *Antonio Pedro de Figueiredo*, o “Cousin Fusco”, mulato, entre tantos outros. História de bacharéis que eram pobres, sem recursos próprios, sem protetores políticos para chegarem à Câmara, que se formaram graças “ao esforço heroico da mãe quitandeira ou do pai funileiro”, que precisava do “casamento com moça rica ou de família poderosa” para se consolidar numa sociedade estratificada.

Diz-se de alguns moços inteligentes, mas pobres ou simplesmente remediados, que não foi de outro jeito que chegaram a deputado às cortes e a ministro do Império. Uns, de nome bonito, ou sonoro, a quem só faltava o calor da riqueza ou do poder para se enobrecerem ou ganharem o prestígio. Outro, de nome vulgar, que, ligando-se pelo casamento com moças de nome ilustre os filhos do casal adotaram o nome da família da mãe (FREYRE, 2004, pp. 722-723).

Caso contrário, tinham de contar apenas com “a pena, com a palavra e com a ação”, citando Gilberto Amado, em “nome do pensamento liberal”, para fazer acontecer a abolição e a República (FREYRE, 2004, p. 724).

Tabela 1 – Alguns dos exemplos de mulatos e negros citados por Gilberto Freyre ao longo do livro *Sobrados e Mucambos*

Nome	Nascimento / Morte	Profissão	Índice onomástico FREYRE, 2004, pág.:
Padre Antonio Vieira	Lisboa, 1608 – Bahia, 1697	Padre	474, 482, 488, 528, 844
Henrique Dias	Pernambuco, sem registro – 1662	Líder militar	488, 534
João Fernandes Vieira	Funchal, 1613 – Pernambuco, 1681	Senhor de engenho, militar	112
Antonio Francisco Lisboa, Aleijadinho	Pernambuco, 1730 ou 1738 – 1814	Escultor	517, 730, 731, 772, 805
Domingos Caldas Barbosa	Rio de Janeiro, 1739 – Lisboa, 1800	Padre, poeta e músico	805
Manuel Inácio da Silva Alvarenga	Minas Gerais, 1749 – RJ, 1814	Poeta	188, 718, 759, 760, 805
Pedro da Silva Pedroso	Pernambuco, 1770 – RJ, 1849	Militar; insurreto de Pernambuco	726, 728, 752, 753
Jacinto Suriano Moreira da Cunha		Advogado	753
Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha	Salvador, 1794 – RJ, 1870	Advogado, político	801, 805, 814
José da Natividade Saldanha	Pernambuco, 1796 – 1830	Advogado	723, 728, 770, 805, 814
Ana Romana Lopes do Nascimento	1781 – ?	Conjuração baiana, 1798	756
José Félix		Conjuração baiana, 1798	756
João de Deus Nascimento	Salvador, Bahia, 1771 – Salvador, 1799	Alfaiate; Conjuração baiana, 1798	756
Joaquim Joze de Santa Anna		Barbeiro; Conjuração baiana, 1798, delator.	757
Henrique Félix de Dacia	Recife – Maranhão	Advogado, juiz	28, 852
Francisco de Paula Brito	Rio de Janeiro, 1809 – RJ, 1861	Jornalista	160
Filipe Nery Colaço	Pernambuco, 1813 - ?	Advogado, engenheiro	762
Antonio Pedro Figueiredo	Pernambuco, 1814/1822 – 1859	Filósofo, o “Cousin Fusco”	98, 156, 162-164, 174-175, 853
João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe	Bahia, 1815 – Rio de Janeiro, 1889	Advogado, político	789, 795

Joaquim Saldanha Marinho	Pernambuco, 1816 – RJ, 1895	Advogado, político, jornalista	96-98, 487, 772, 805, 811
Antonio Vicente do Nascimento Feitosa	Recife, 1816 – Recife, 1868	Advogado, jornalista e político	162, 164
Antonio Gonçalves Dias	Maranhão, 1823 – Guimarães, 1864	Advogado, poeta	196, 230, 728-730, 790, 798, 805, 809
Luís Gama (Luís Gonzaga Pinto da Gama)	Salvador, 1830 – SP, 1882	Escritor, Advogado	96-98, 802, 811
João Alfredo Correia de Oliveira	Pernambuco, 1835 – RJ, 1919	Advogado, Ministro	723-724
Francisco José do Nascimento, o dragão do mar	Ceará, 1839 – 1914	Líder jangadeiro, abolicionista	412
André Rebouças	Bahia, 1838 – Funchal, 1898	Engenheiro	98, 801-802, 805
Antônio Pereira Rebouças Filho	Bahia, 1839 – São Paulo, 1874	Engenheiro	98, 801, 805,
Joaquim Maria Machado de Assis	Rio de Janeiro, 1839 – Rio de Janeiro, 1908	Escritor	160, 734, 790, 795, 798, 805
D. Silvério Gomes Pimenta	Minas Gerais, 1840 – Minas Gerais, 1922	Arcebispo de Mariana	790
D. Luís Raimundo da Silva Brito	Maranhão, 1840 – Pernambuco, 1915	Arcebispo de Olinda	790
Francisco Glycerio de Cerqueira Leite	São Paulo, 1846 – Rio de Janeiro, 1916	Advogado, político	487, 790, 811, 814
José Carlos do Patrocínio	Rio de Janeiro, 1853 – Rio de Janeiro, 1905	Jornalista	98, 801, 811
Domício da Gama	Rio de Janeiro, 1862 – Rio de Janeiro, 1925	Jornalista, diplomata, escritor	734, 790
Tito Lívio de Castro	Rio de Janeiro, 1864 – Rio de Janeiro, 1890	Médico, ensaísta	98, 623, 690, 795, 805, 823
Nilo Procópio Peçanha	Rio de Janeiro, 1867 – Rio de Janeiro, 1924	Advogado, político	725, 790, 793, 811
Juliano Moreira	Bahia, 1872 – Petrópolis, 1932	Médico psiquiatra	790, 802, 805
Auta de Souza	Rio Grande do Norte, 1876 – Natal, 1901	Poetiza	795

Fonte: FREYRE, 2004, p. 951-968 – Índice onomástico.

Gilberto Freyre defende a tese de um país que vai se formando sob a estrutura de um povo novo, ainda que enverede para a sugestão de que aqui, os preconceitos, a violência, a marginalização contra o negro, indígena ou pobre tenha sido “mais suave do quem em outros países”. Mas, o que se destaca neste texto é a ideia de que Freyre não deixou de reconhecer a dificuldade da ascensão desses brasileiros, quando biografias eram citadas e, principalmente, apontar que já não é possível esconder estes personagens reais em ascensão. Portanto, devem ser valorizados e retomados em sua trajetória de lutas e enfrentamentos para que um novo país, justo e igual, se dê para todos. Eis o que a atual teoria decolonial também propõe, de se pensar o lugar epistêmico de negro nesta sociedade (BERNARDINO-COSTA e GROSFOGUEL, 2016).

E, agora, acrescenta-se a especificidade da trajetória do dr. Agostinho José de Oliveira Machado, o bacharel negro, alguém que enfrentou preconceitos, defendeu sua moral e seus méritos, denunciou injustiças e lutou, com seu “pergaminho”, do qual tanto se orgulhava, pela igualdade política e, conseqüentemente, igualdade social.

Agostinho José de Oliveira Machado, um bacharel negro no século XIX

Na manhã do dia 07 de novembro de 1852, na pequena vila de São José dos Pinhais, distante uns 15 km de Curitiba, sul da província de São Paulo (atual Paraná), aconteceu um tiroteio antes do início da eleição para *eleitores*, entre membros dos dois partidos políticos, liberal e conservador, ocasionando a morte de sete pessoas e mais dezesseis feridos e que foi notícia nos jornais do Brasil todo, merecendo inclusive um comentário por parte de D. Pedro II, na abertura dos trabalhos legislativos da Assembleia Geral no Rio de Janeiro no ano seguinte e sendo lembrado o episódio pelo primeiro presidente da nova Província do Paraná, Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos, em 1855. Além da barbárie, chamou à atenção a presença de um personagem, o “negro bacharel”, chamado assim pela acusação do delegado de polícia de Curitiba, na qual se percebe, de antemão, a conotação preconceituosa, e de que ele teria sido um dos líderes da batalha (MACHADO, 1861; ALVES, 2014). Como visto, o bacharel não foi chamado pelo nome, mas pelo título acadêmico e pela cor da sua pele. Portanto, quem seria esse “negro bacharel”, em 1852, no momento da luta política em São José dos Pinhais?

Era *Agostinho José de Oliveira Machado*. E a única biografia encontrada sobre o bacharel está no *Diccionario Bibliographico Brasileiro* de Sacramento Blake, de 1883:

Agostinho José de Oliveira Machado. Foi natural da província de São Paulo, e aí faleceu, ainda moço, sendo formado em sciencias sociaes e jurídicas pela faculdade da mesma província, exercendo a profissão de advogado, e o magistério como professor primário. Escreveu: *A facção saquarema: considerações políticas do bacharel Agostinho José de Oliveira Machado*. Santos, 1851, 119 págs. *O futuro do partido liberal na província de São Paulo: considerações políticas de Agostinho José de Oliveira Machado*. S. Paulo, 1861, 22 págs. (BLAKE, 1883, p. 16).

Agostinho, portanto, foi mais uma personalidade emblemática de ascensão social, do negro, do mulato, do bacharel, como demonstrou Gilberto Freyre sobre o século XIX e, ao mesmo tempo, como se verá adiante, exemplo de um homem que teve

de enfrentar de forma veemente os “preconceitos de branquidade” e, principalmente, teve de dar razões, constantemente, de sua capacidade intelectual e moral.

A metodologia utilizada, então, para entender melhor a biografia do Dr. Agostinho foi pesquisar em fontes primárias sobre o que se pode encontrar sobre sua pessoa e acompanhar o nome do bacharel através da hemeroteca disponibilizada pela Biblioteca Nacional, procurando as referências que apareciam nos jornais de época sobre sua atuação profissional e seus artigos, além de ler suas duas obras publicadas, disponíveis na Biblioteca Brasileira Mindlin da Universidade de São Paulo (USP).

Biografia de Agostinho

Agostinho nasceu em Santos, litoral paulista, porém não foi ainda possível identificar a data de seu nascimento (provavelmente teria nascido na década de 1810) e nem o nome e o status social de seus pais e familiares. Consta ser irmão de Joaquim Luiz Marques (*Correio Paulistano*, 15/11/1864)².

Diz Agostinho sobre si mesmo:

Sou filho do povo, (...) humilde nascimento, (...) enfeitado da fortuna, e pertencendo a uma classe tão espezinhada, e para a qual ainda não soou a hora da redenção política, não posso invocar em meu abono prestígio de família, pois que abri os olhos no albergue da pobreza, e a pobreza neste *vale de misérias* não tem títulos à proteção dos contemporâneos, e antes os inimigos se lhe surdem gratuitos a cada canto, para armados da calúnia fisnar-lhe a reputação, e envenenar lhe a vida! Devo morrer, como tenho vivido, pois que tenho vivido, como nasci, sempre pobre, e com o povo, (e nisso consiste o meu brasão); mas o povo achará em mim um dos seus mais extremados defensores (MACHADO, 1851, pp. xiv-xv).

Também, não foi encontrado onde estudou e nem como conseguiu entrar para a faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas em São Paulo. Mas, concluiu e foi diplomado no dia 11/11/1843, turma 12³. Seria o único negro da turma? Posteriormente, Agostinho dizia exercer uma “profissão honrosa na sociedade”, a advocacia, e também, sobre os ganhos dessa profissão, concluía: “me contento com essa migalha de meios, que a sorte põe à minha disposição” (MACHADO, 1851, p. xiv). E, ao que se percebe, foi assim até o fim de seus dias.

Depois de formado, de acordo com suas próprias informações publicadas no seu último livro, de 1861, ele foi sempre árduo militante no partido liberal, prestando

serviços ao mesmo, escrevendo artigos políticos, morou por três anos no Rio de Janeiro, provavelmente entre 1844 a 1846, onde auxiliou o dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada (Filho), da importante família Andrada, chegando a escrever e ajudar como redator chefe do jornal *Nacional*, dessa família. Teria sido a sua ligação com a família Andrada, também da cidade de Santos, que lhe abriu as portas para o estudo? Em 1846 serviu no cargo de Procurador Fiscal Interino da Fazenda. Ao voltar para Santos, passou a escrever em periódicos locais e afirma que foi eleito vereador em sua cidade natal com 240 votos (mas sem dizer o ano de tal acontecimento) (MACHADO, 1861), além de advogar⁴.

Nesta volta a Santos, se pôs a escrever o livro *A facção saquarema, considerações políticas*, publicado em 1851. Provavelmente esse livro ampliou para ele novas possibilidades de trabalho no meio político e intelectual.

A facção saquarema, considerações políticas, 1851

Em 1851 lança, então, o livro *A facção saquarema, considerações políticas*. Typ. Imparcial de F.M.R. d'Almeida [Francisco Manuel Raposo de Almeida], 1851, 102 páginas.

Figura 1



Fontes: *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 12/04/1851; *O Mercantil*, Santos, São Paulo, 05/04/1851.

Este livro é o resultado de suas reflexões sobre a política partidária no Brasil na década de 1840.

Na *introdução*, o autor apresenta o objetivo de sua obra que era entender a diferença entre os chamados partidos políticos brasileiro, o conservador (saquarema) e o liberal (luzia), bem como a situação política nacional, na qual ambos disputam o poder. De acordo com o autor essas reflexões foram possíveis graças aos seus três anos em que viveu no Rio de Janeiro, de suas observações do Parlamento, de suas atividades no jornal *Nacional*, de seu contato com personalidades importantes, como o desembargador e deputado Joaquim Nunes Machado, um dos líderes da Revolução Praieira em Pernambuco, entre 1848-1849, morto em combate e da qual teve profunda admiração por seus ideais liberais. Enfim, os anos na capital do Império foram fundamentais para se pensar a política nesse país.

Na *primeira parte* do livro, intitulado *A facção saquarema*, comenta sobre os partidos políticos na França e Inglaterra, da figura de seus líderes e como cada partido existe para defender determinados ideais e sendo diferentes entre si. No Brasil, entretanto, os ideais partidários eram muito confusos, desorganizados e seus líderes acabavam apenas galgando postos públicos na Corte e/ou o Senado vitalício. Como interpretar, então, os partidos políticos no Brasil? Que diferenças há entre eles, já que disputam ferozmente o poder no Rio de Janeiro e em suas respectivas províncias? Daí, Agostinho aponta serem aqui, os partidos, ainda facções. Se fossemos perguntar o que defende um saquarema e qual seu programa político, ele responderia: “sustentar a constituição, morrer pela monarquia, defender a ordem pública e proteger os cidadãos”. Quanto ao liberal: “defender as liberdades públicas, proteger os direitos do povo, respeitar a constituição e a forma de governo por ela reconhecida” (MACHADO, 1851, p. 10). Enfim, expressam os mesmos fins, por variantes diversas. Mas, para o autor, o que diferencia os saquaremas dos luzias no Brasil era a forma de governar. Daí, nesta *parte I* do livro, Agostinho critica contundentemente o modo de conduzir o governo por parte dos conservadores, que utilizavam de métodos autoritários e violentos para imporem seus objetivos e para manterem a ordem, citando, principalmente, o caso da revolta liberal de 1842 em São Paulo e Minas Gerais e a revolução praieira de 1848/49 em Pernambuco, em que os liberais foram sufocados ou mortos. E conclui: “um (o saquarema) vive só de violências e arbitrariedades e o outro (o liberal) da moderação e meios pacíficos de governar” (MACHADO, 1851, p. 21).

Na *parte II* do livro, Agostinho faz uma análise do chamado “terceiro” governo dos conservadores, assumido pelo ministério de 28/09/1848, com Pedro de Araújo Lima, o Visconde de Olinda, na qual destaca, principalmente, “as obras de violência”

que praticaram em especial na revolução praieira, literalmente reprimida pelos guabirus (saquaremas). O modo de governar dos saquaremas revelam que são facções, ao defenderem apenas interesses de grupos e a perseguirem e “destruírem” seus opositores.

Na *parte III*, Agostinho analisa a eleição de 1849 para a nova Câmara geral no Rio de Janeiro, como um ato de inúmeras arbitrariedades dos conservadores por se fazerem valerem da força por estarem no governo e assim utilizarem de todos os meios, inclusive violentos, para vencerem as eleições nas províncias, formando uma Câmara unânime, o que seria uma afronta à democracia.

Só o fato da existência de uma câmara unânime, fenômeno nunca visto na história parlamentar dos países constitucionais, é a mais formal acusação, que tem contra si o governo, de haver influído diretamente nas eleições – e este escândalo sem exemplo, pondo em sua dependência a filha bastarda das urnas, converte a câmara numa verdadeira fantasmagoria de representação nacional (MACHADO, 1851, pp. 55-56).

E continua suas reflexões sobre o momento político brasileiro do início da década de 1850, em suas relações internacionais, em especial com a Inglaterra e Argentina, na qual os conservadores estavam a envergonhar o país com a postura da inércia.

Por fim, o autor defende a importância do partido liberal e das razões do porque o partido, por vezes, tem de se “agitar” quando “descido do poder”. Isto é necessário “porque o nome de cada ministro saquarema significa uma ameaça contra as instituições do país, ou antes, representa um atentado contra tudo que há de respeitável, e sagrado entre os brasileiros” (MACHADO, 1851, p. 62). As revoluções, “liberal” e a “praieira”, por exemplo, foram necessárias devido ao “perigo” de se deixar o governo nas mãos dos saquaremas e o perigo das nomeações de personalidades arbitrárias para as províncias. E termina seu livro analisando a conjuntura política da década de 1840, os ministérios, a guerra civil com o Rio Grande do Sul, na Alagoas, enfim, e sempre tendo em vista o modo de ação dos saquaremas e o modo de ação dos luzias, comparando sempre quando um e outro estavam no poder, e conclui que o partido político brasileiro deveria ser, através de seus líderes, sob a monarquia constitucional, sem dúvidas, o liberal.

Assim, um livro que defendia de forma veemente o seu partido político, apesar de apontar as falhas do sistema político brasileiro, considerando ainda aqui todos como facções, isto é, grupos específicos com interesses próprios, independente, por vezes, da

ideologia partidária. Mas, para Agostinho, apenas os liberais teriam condições de realizar as mudanças significativas para a nação.

Novos rumos para Agostinho

Após a publicação deste livro, novas oportunidades aconteceram a Agostinho, como a de ser candidato a deputado provincial de São Paulo, nos anos de 1852 e de 1854, pelo partido liberal, entretanto, os resultados lhe proporcionaram ser apenas suplente.

Tabela 2 – Resultado eleitoral do Dr. Agostinho para deputado provincial de S. Paulo

Deputado	Votos	Legislatura	Situação
Agostinho José de Oliveira Machado	253	9ª Legislatura – 1852/1853	Suplente
Agostinho José de Oliveira Machado	146	10ª Legislatura – 1854/1855	Suplente

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Acervo Histórico. Base de Dados. Império – Deputados. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/imperio/imperio_deputados.html>. Acesso em 15.jan.2020.

No ano de 1852, como visto acima, Agostinho foi auxiliar como advogado dos liberais nas eleições para *eleitores* na pequena localidade de São José dos Pinhais, na qual se envolveu na batalha que ocasionou mortos e feridos e que teve de responder judicialmente sobre o ocorrido no dia. Em relação às acusações contra ele, assim se refere ao episódio, no seu livro de 1861:

E já que falei na minha pessoa cumpre-me esclarecer ao público, que nas disputadas eleições de *eleitores* em S. José dos Pinhais, hoje parte da Província do Paraná, onde me achei presente, e assisti ocularmente a essa sanguinolenta tragédia, só daí me retirei, quando vi mortos os Juizes de Paz Pereira [Manoel Alves Pereira], a quem fui guiar na mesa da eleição, Cruz [Custódio Teixeira da Cruz, 4º juiz de paz], e outros muitos votantes, e a minha sobrecasaca ficou salpicada com sangue desse mártir dos seus deveres, o desafortunado Manoel Alves Pereira!!! Fui injustamente acusado de ter sido o causador dessa cena de horrores, com a voz de – avança liberais, eu não conhecia ninguém nessa Vila, e por isso é falso, que eu mandasse avançar liberais (MACHADO, 1861, pp. 9-10).

Agostinho era o advogado que foi designado para ir a esta localidade no dia 6 de novembro para ajudar os liberais⁵ na eleição do dia seguinte, porém, no dia da eleição,

devido ao tiroteio, em que quase foi atingido pelas balas, acabou se retirando, e foi acusado por Joaquim Ignácio Silveira da Motta⁶, chefe de polícia em Curitiba, de ser um dos líderes deste episódio. Ele, entretanto, se defende desta acusação e, principalmente, do racismo proferido pelo delegado de Curitiba e seus correligionários, que o chamaram, entre outras, de “pretinho” e “negro”, ao que se percebe, pejorativamente. E assim Agostinho termina o artigo contestando, inclusive, a formação e até a “branquidade” do próprio delegado doutor Motta:

(...) E já que o Sr. Joaquim Motta esforçou-se por ludibriar-me por não ser branco, sem se lembrar que possui um pergaminho dado por uma academia, ao passo que ninguém é capaz de dizer que jeito tem a sua carta de médico obtida lá pela Alemanha, Deus sabe como, lembro a esse indivíduo e ao seu digno irmão [José Ignácio Silveira da Motta, deputado provincial por São Paulo e, depois, senador] que se informem a respeito de certo pardo que do Brasil foi a Portugal, e de lá não voltou, por isso que esse pardo tinha parentes na Bahia, hoje espalhados nesta província, que devem ser conhecidos de todos os srs. Mottas. O Sr. barão de Iguape [Antônio da Silva Prado] sabe a fundo destas cousas, e pode dar amplas informações aos Srs. Mottas acerca desse pardo muito notável pela figura, que hoje fazem os seus descendentes na política do país, querendo ser fidalgos de sangue azul, quando não passam de paus de laranjeiras, como nós todos somos neste império. Esse pardo era avô desses figurões a quem me refiro! (...) Felizmente minha vida política não tem manchas, e não troco meu nome, e nem minha posição de pardo pelo nome e posição desses brancos, que por suas ações estão muito abaixo não só dos pardos, como ainda de todos os pretos que sabem prezar sua honra, e não são carrascos dos seus concidadãos! – Santos, 01/04/1853. Dr. Agostinho José de Oliveira Machado (*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 30/09/1853).

Como visto, Agostinho tinha de se defender contra preconceitos e reafirmar sua capacidade intelectual e moral, e denunciar, igualmente, os “carrascos dos seus concidadãos” que utilizavam da escravidão, outro mau moral de nossa nação. Além de lembrar aos seus acusadores a origem dos mesmos, referindo-se ao avô pardo da família Motta⁷.

No ano de 1853, em Santos, Dr. Agostinho iniciou a publicação do jornal *O Paranapiacaba*, em sua cidade natal, sendo que a primeira folha saiu no dia 20/01/1853, impressa na *Tipografia Comercial*, pertencente à *Revista Comercial* de propriedade do médico alemão Guilherme Délius. Era um jornal “político, noticioso e literário”. Porém, não foram encontrados os seus exemplares, mas apenas discussões que Agostinho teve com Guilherme Délius sobre as formas de pagamento das impressões (*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 30/03/1854). O periódico durou apenas um ano. Consta,

ainda, que foi Redator Chefe do *Precursor*, publicado em 1851⁸, mas também não foram encontrados seus exemplares. Em 1855 chegou a ser promotor público interino da comarca de Santos (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28/01/1855).

É provável que a partir de 1857 tenha residido na capital São Paulo, sendo professor público de primeiras letras e com atividades na área do direito. Mas, um fato polêmico ocorreu em sua vida no ano de 1860 quando foi impedido de ser qualificado como votante pelo seu próprio partido político na capital paulista. Fato que provocou sua mudança de agremiação partidária, deixando-o extremamente descontente com seus correligionários. E, para justificar sua mudança de partido político, escreve o livro *O futuro do partido liberal na província de São Paulo*.

Afinal, ao buscar sua qualificação como votante, dizia apenas querer exercer seu “direito constitucional” e, nesse sentido, apresentou todos os documentos necessários para se qualificar como votante, como a residência na cidade, já há três anos, e o exercício da advocacia, que lhe proporcionava o ganho de 1:000\$000 réis por ano, mas, mesmo assim, foi rejeitado pela mesa de qualificação.

O futuro do Partido Liberal na Província de São Paulo, 1861

Em 1861 publicou, então, seu segundo opúsculo, com 22 páginas, *O futuro do Partido Liberal na Província de S. Paulo. Considerações Políticas de Agostinho José d’Oliveira Machado*, S. Paulo, *Typographia Litteraria, Rua do Imperador*, n.12⁹.

O livro possui uma introdução e mais três artigos. Na *introdução*, Agostinho relembra suas ações políticas em prol do partido liberal, destacando seus méritos e reforçando a motivação principal de se escrever o livro, do descontentamento para com o seu, agora, ex-partido e para com seus líderes.

Um passo, que dei na minha carreira política, e do qual não me arrependo, fô a solene declaração, que fiz no *Monitor* n.3 de 10 de agosto do corrente ano [1861], que desde 7 de setembro p. [1860] pertencia ao partido conservador: é justo que eu exponha ao país, que tem de julgar, quais os motivos, que atuaram no meu ânimo para este passo, que tem sido acremente censurado por alguns amigos meus, pertencentes ao lado liberal.

Liberal ainda no tempo, que frequentava as aulas de preparatórios na Academia de S. Paulo, porque já colaborava o *Observador Paulistano*, continuei a militar debaixo das bandeiras desse partido, não só escrevendo vários artigos políticos, como ainda prestando-lhe importantes serviços (MACHADO, 1861, p. iii).

Agostinho destaca, ainda, algumas personalidades com quem trabalhou, os jornais em que publicou artigos políticos e literários, como *Marmota Fluminense*¹⁰, *Honra, Ypiranga, Pyrilampo, Publicador Paulistano, Cruzeiro do Sul*, jornais liberais, além dos trabalhos que realizou, como em São José dos Pinhais em 1852, eleições de que participou, como forma de mostrar suas atividades como militante de um partido, bem como de seus ideais (MACHADO, 1861, p. iv). Tudo, como pano de fundo, para comprovar sua capacidade intelectual, suas virtudes, seus atos cívicos em prol do partido que, agora, lhe negava a qualificação como votante na cidade de São Paulo.

Agostinho foi impedido de ser votante pela mesa qualificadora conduzida por Francisco José de Azevedo, que se opôs à sua qualificação “sob frívolos pretextos”. Nesse sentido, após tentativas frustradas com os liberais, acabou sendo qualificado para votante pelos conservadores, em especial pelos senhores Hypolito José Soares de Sousa e tenente coronel Manoel Antonio Bittencourt, e com quem votou nas eleições de 7 de setembro e 30 de dezembro de 1860 e para os *eleitores* da Freguesia da Sé em 1861. Enfim, Agostinho queria exercer seu direito constitucional de votar.

E finaliza, em sua *introdução*, com a denúncia política contra a seguinte prática dos liberais paulistas, sobre o “fatal sistema do *filhotismo e bairrismo da ninhada do Piques*”¹¹ que impede que cidadãos qualificados, com méritos e virtudes, participem igualmente da política, numa crítica às famílias que estão arraigadas no poder e na pérfida escravidão, representada pela região do Piques em São Paulo, e do seu bairrismo, que igualmente impede que pessoas de “fora” participem da política. E conclui não ter medo das represálias pelo opúsculo que estava a lançar: “não tenho medo dos piões dos filhotes, nem dos anátemas do Vaticano do Piques” (MACHADO, 1861, p. v), demonstrando, assim, sua convicção política cidadã e sua personalidade forte.

Quanto ao *primeiro artigo* no seu livro de 1861, continua a falar sobre sua vida e da injustiça que seu próprio partido fez para com ele. Enfim, que futuro tem um partido que se fecha aos seus correligionários virtuosos, possuidores de títulos acadêmicos e de atividades relevantes, privilegiando, apenas seus “filhotes” e seu “bairro”? Este partido está, logicamente, fadado ao insucesso.

No *segundo artigo*, Agostinho defende que à província de São Paulo falta um líder político, um “chefe”, como foi o brigadeiro Raphael Tobias d’Aguiar, “paulista honrado, talhado à guisa de Amador Bueno da Ribeira”. Para ele, Tobias d’Aguiar conduzia de forma isenta o “recrutamento” de candidatos aos cargos políticos, não era

“bairrista” e nem adepto ao “filhotismo”, diferente do que fazem os novos “chefes” liberais, a quem Agostinho não mais os reconhece; todos, de alguma forma, não possuíam mais a qualidade de serem bons chefes liberais, muitos deles apenas interessados em defender seus interesses particulares, de utilizarem do “sistema do *filhotismo*” para formarem chapas de candidatos apenas com seus favorecidos. Agostinho reclama, também, de vários homens “talentosos” terem sido deixados de fora da chapa da última eleição para deputado provincial em São Paulo, inclusive ele mesmo, isto feito pelo coronel Joaquim Floriano de Toledo, a quem chama de “sr. Florianal”. E diz, “do alto do Piques foi fulminada a nossa exclusão!!!” (MACHADO, 1861, p.12). Enfim, era “fulminada” qualquer tentativa de “oxigenação” para o partido liberal. Dessa forma, alienando “do partido liberal a muitos moços talentosos” os novos “chefes” vão “assassinando atroz, e calculadamente o futuro do partido liberal na província”, com o “espírito do *filhotismo e bairrismo*” que predomina tanto nas eleições como nos empregos públicos. Contra isso, Agostinho defende o mérito e a virtude, de qualquer brasileiro (provavelmente se referindo a questão racial), tanto para cargos eletivos, como para cargos públicos e militares em geral.

No *terceiro artigo* de seu livro, Agostinho demonstra que, o que está a acontecer com os liberais em São Paulo, não os qualifica mais como um partido político, portanto, seriam apenas uma facção. Para ele, partido é “uma reunião de indivíduos, a cuja testa se ache um chefe prestigioso, que saiba traduzir em atos as ideias e os princípios políticos e torná-los numa realidade, saindo fora dessas idealidades e utopias, que não podem atingir ao fim almejado” (MACHADO, 1861, p. 16). Com isso posto, Agostinho apresenta brevemente a ação partidária na Europa e no Brasil, além de reforçar sua opinião citando autores clássicos como Jean-Jacques Rousseau, Aléxis de Tocqueville e juristas.

E conclui, voltando ao problema da exclusão das listas de votação de indivíduos talentosos, de pessoas que realmente possuem capacidades comprovadas por suas práticas políticas, de que isso decreta o fim de um partido.

Supor, que hoje se possa fazer prosperar a Província de S. Paulo, afastando do seio da representação provincial aqueles, que tem direito a um assento por seu acrisolado patriotismo, talentos, e serviços meritórios a ela prestados, seria fazer falsa suposição. Uma Assembleia composta só dos filhotes da ninhada florianal seria soberanamente absurda, e ridícula (MACHADO, 1861, p. 22).

Enfim, Agostinho lança seu segundo livro como desabafo contra seu próprio partido político.

O fim de sua carreira

Depois dessa trágica experiência na cidade de São Paulo, provavelmente ele se dirigiu à cidade de Limeira, na mesma província, onde continua a atuar como advogado. Em 1864, por exemplo, consta estar atuando em processos jurídicos (*Correio Paulistano*, São Paulo, 04/11/1864), além de suas atividades políticas partidárias. O que chama a atenção, entretanto, é o seu retorno ao partido liberal. Novamente, percebe-se, pelas publicações, sua adesão ao partido que sempre defendeu.

No jornal *Correio Paulistano*, Agostinho publica inúmeras “*Necrologias*”, como a de José Bonifácio de Andrada¹², líder liberal, seu amigo e que sentia muito seu passamento e na qual lembrava que Santos era o berço dos Andrada; e do falecimento de José Innocêncio Alves Alvim, de Iguape (*Correio Paulistano*, São Paulo, 19/11/1864); do conselheiro Manoel Joaquim de Amaral Gurgel, seu professor na faculdade (*Correio Paulistano*, São Paulo, 30/11/1864); de José Antônio da Silva Viveiros Costa, empregado público da alfândega em Santos, seu amigo (*Correio Paulistano*, São Paulo, 01/02/1865); de Antônio Luiz da Rocha Camargo, juiz municipal suplente em Limeira, membro do partido liberal, seu amigo (*Correio Paulistano*, São Paulo, 18/02/1865).

Em Limeira, Agostinho, junto com outras autoridades municipais, fez um discurso de louvor aos voluntários da pátria da cidade, falou sobre os perigos que o país passava com o início da guerra contra o Paraguai e deu “vivas ao Imperador, à família Imperial, aos supremos poderes nacionais, e aos voluntários da pátria e ao bravo povo brasileiro” (*Correio Paulistano*, São Paulo, 21/02/1865). Em outubro, seu nome aparece numa lista de sugestão para concorrer a deputado provincial no 3º Distrito Eleitoral de São Paulo, representando agora a cidade de Franca, para a qual tinha mudado (*Correio Paulistano*, São Paulo, 01/10/1865 e 18/10/1865), mas, ao que se percebe, não recebeu votos.

Teria, ainda, composto “uma farça [farsa] – *O Fazendeiro* – que dedicou ao sr. Antonio Augusto Botelho, e entregou-lhe para em tempo competente ser levado à cena” (*Correio Paulistano*, São Paulo, 24/11/1864), demonstrando seu interesse pela literatura.

Dr. Agostinho faleceu em Batataes, São Paulo, em 25/10/1866, em “pobreza completa”, por não poder mais advogar devido à doença. Foi encontrado morto em uma pequena casa em que habitava.

A notícia de sua morte traz ainda, mais algumas informações sobre a vida de Agostinho:

Franca, 25 de outubro de 1866. Comunicam-nos que falecera em Batataes o dr. Agostinho José de Oliveira Machado. De há muito que vivia doente. Não são certamente desconhecidos os serviços que o ilustre doutor prestou ao país. Serviu como promotor público da comarca de Santos, donde era natural, e quando na tribuna judiciária, sabia, pelo seu luminoso talento e reconhecida eloquência prender a atenção dos ouvintes. Distinguia-se nos debates, nos quais revestia-se de grande calma, elucidando as questões mais intrincadas com toda prontidão – nada deixando a desejar. Naquela cidade de Santos se conservou por algum tempo, estimado de todos, e admirado por seu brilhante talento. Repentinamente de lá retira-se, vem à S. Paulo, onde vimo-lo em estado de miséria! Dizia-se que ele havia enlouquecido. Não se conservou muito tempo neste estado. Um seu colega acolheu-o em sua habitação, onde obteve melhoras de seu incomodo. Pouco tempo aí se demorou. Veio a Limeira onde serviu como promotor interino; porém, já não era a mesma inteligência de outrora, suas palavras já não tinham a mesma força, suas ideias eram como que completamente emaranhadas. Dali veio para esta cidade [Franca] onde teve ocasião de ir à tribuna judiciária, onde nada fez; o brilho de sua inteligência ia-se pouco a pouco sumindo. Daqui foi a Batataes, continuando a advogar, porém, ultimamente já ninguém o procurava, porque reconheceram-no inutilizado para semelhante mister. Ali faleceu o ilustre doutor em pobreza completa. Foi achado morto em uma pequena casa onde habitava. O dr. Agostinho sempre se distinguiu também como escritor público. Escrevia para diversos jornais tanto desta província como do Rio de Janeiro. Era liberal, propugnou sempre por esta ideia. Ass.: carta particular. (*Correio Paulistano*, São Paulo, 10/11/1866).

Enfim, a breve biografia de Agostinho aponta para a complexa vida de um negro com o título de bacharel no século XIX, vivendo praticamente sozinho e das rendas de seu trabalho. E, como assinalou Gilberto Freyre (2004), pode-se considerar que a vida do doutor Agostinho revela as novas tensões sociais que vão moldando o Brasil, igualmente, pela concretização de exposição de seu pensamento via publicação de livros e concretas ações de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais.

Referências

ALVES, Alessandro Cavassin. Liberais e conservadores. A luta política em São José dos Pinhais em 1852. SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, V,

2014, Curitiba, PR. *Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política*. Curitiba, PR: UFPR, 2014.

_____. *A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853 a 1889)*. A força política das famílias tradicionais. Curitiba, PR: Máquina de Escrever, 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*. V. 31, N. 1. Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015>. Acesso em 28.out.2020.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol.1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15ªed. rev. São Paulo: Global, 2004.

MACHADO, Agostinho José de Oliveira. *A facção saquarema, considerações políticas*. Typ. Imparcial de F.M.R. d'Almeida, 1851.

_____. *O futuro do Partido Liberal na Província de S. Paulo*. Considerações Políticas de Agostinho José d'Oliveira Machado. S. Paulo, Typographia Litteraria, Rua do Imperador, n.12, 1861.

PULS, Mauricio. (2016). A intelectualidade negra do Império. *Pesquisa FAPESP*. Ed. 249, novembro/2016. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/11/18/a-intelectualidade-negra-do-imperio/>>. Acesso em: 16.fev.2020.

Jornais consultados, disponíveis na Hemeroteca digital brasileira:

O Philantropo: órgão da sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização dos indígenas. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1851. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/717991/348>>. Acesso em 25.jun.2020.

O Mercantil, Santos, SP, 05 de abril de 1851. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/213527/265>>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1851. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/4549>>. Acesso em 25.jun.2020.

O Grito Nacional, Rio de Janeiro, 10/12/1852. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/341185/1917>>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1853. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/8042>>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 30 de março de 1854. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/8769>>. Acesso em 25.jun.2020.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1855. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8077>. Acesso em 25.jun.2020.

O Republico, Rio de Janeiro, de 22 de outubro de 1855. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/332704/604>>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 04 de novembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/410>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 15 de novembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/442>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 19 de novembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/463>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 24 de novembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/478>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 30 de novembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/498>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 01 de janeiro de 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/688>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 18 de fevereiro de 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/746>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 21 de fevereiro de 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/754>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 18 de outubro de 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/1551>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 10 de novembro de 1866. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/2830>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 25 de julho de 1875, Secção Histórica. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_03/6213>. Acesso em 25.jun.2020.

¹ *Sobrados e Mucambos* é o segundo livro do conjunto denominado por Freyre como “*Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*”, sendo o primeiro, *Casa-grande & Senzala*, de 1933, e o terceiro, *Ordem e Progresso*, de 1957. *Sobrados e Mucambos* apresenta o período imperial, entre 1822 a 1889, na qual destaca a decadência do patriarcado no ambiente rural e o desenvolvimento das cidades.

² *Joaquim Luiz Marques*, mestre da música, possuindo uma orquestra, em Limeira, São Paulo (*Correio Paulistano*, São Paulo, 06/06/1867).

³ Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Antigos alunos. Disponível em: <http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php?pagina=27&ano=>>. Acesso em 15.jan.2020.

⁴ *O Philantropo: órgão da sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização dos indígenas*, Rio de Janeiro, 17/01/1851. Consta ser advogado de defesa do português Valêncio Augusto Teixeira Leomil, acusado por desembarque ilegal de africanos livres na sua fazenda Perequê, em Santos. Eis um ponto nebuloso, Agostinho defendendo, no início de sua carreira, um possível traficante de escravizados.

⁵ *Correio Paulistano*, São Paulo, 25/07/1875, Secção Histórica. Agostinho José de Oliveira Machado estudou no início da década de 1840 com Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, Manoel Marcondes de Sá Ribas e Domingos Martins de Araujo, líderes liberais no Paraná. Provavelmente, a convite destes liberais, veio a São José dos Pinhais.

⁶ *Joaquim Ignácio Silveira da Motta* (Bahia, 1818 – Rio de Janeiro, 1891). Formado em Medicina, na Alemanha [título questionado por Agostinho José de Oliveira Machado]; vem para Curitiba para ocupar cargos públicos e casa-se com Maria Theolinda da Conceição Ribas, da importante família Ribas desta cidade. Teve vários cargos no Paraná, como o de delegado, inspetor e diretor de instrução pública, eleito deputado provincial e deputado geral. Seus filhos continuaram a atuar em funções públicas e políticas (ALVES, 2015, p. 410-411).

⁷ Sobre detalhes da batalha em São José dos Pinhais e da defesa de Agostinho, conferir os seguintes jornais: *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, 10/12/1852; *O Republico*, Rio de Janeiro, de 22/10/1855; entre outros textos.

⁸ História da Imprensa de Santos. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318z01.htm>>. Acesso em: 16.jan.2020.

⁹ Livro que se encontra na Biblioteca Brasileira Mindlim da USP, e de forma manuscrita é oferecido para o major *Gabriel Marques Cantinho*, chefe político da cidade de São Paulo, comendador, vereador e presidente da Câmara nessa localidade e que morava na Rua do Imperador, n.13, e, provavelmente, dono da *Typographia Litteraria*. Dr. Cantinho, em 1861, assumiu como Deputado provincial de São Paulo.

¹⁰ A revista *Marmota Fluminense* era de propriedade de Francisco de Paula Brito, “tipógrafo negro”, que formou uma “das maiores editoras do Segundo Reinado”. “Entre seus acionistas figurou o próprio D. Pedro II, que em 1851 lhe concedeu o título de impressor da Casa Imperial”. Paula Brito publicou, entre tantos outros trabalhos, obras dos escritores negros “Teixeira e Sousa e Machado de Assis” (PULS, 2016, p. 80), além de ser pioneiro no debate público sobre questões raciais. Portanto, Agostinho fez questão de lembrar que publicou num periódico importante e significativo para a intelectualidade negra, num país em que “o preconceito fechava muitas portas” (Idem) como destaca Maurício Puls.

¹¹ Sobre o *Piques*, é provável que esteja se referindo ao “Largo dos Piques” em São Paulo e aos líderes liberais que aí moravam. Era ali, também, que se dava o “espetáculo triste” onde se “realizava o leilão de escravos”, “ao meio dia, ao som do sino de São Francisco, no outro lado da encosta”. Em 1814 foi inaugurado no local o obelisco do Piques. Disponível em: <<http://bibliotecaclubeportuguessp.blogspot.com.br/2013/06/piques-o-primeiro-monumento-da-cidade.html>>. Acesso em 12.jun.2020.

¹² A princípio, José Bonifácio de Andrada e Silva faleceu em 06/04/1838, e seu sobrinho/neto José Bonifácio de Andrada e Silva, o moço, faleceu em 26/10/1886. Portanto, não foi possível identificar a que José Bonifácio de Andrada estava se referindo Agostinho em 1864.

Artigo recebido em 09 de julho de 2020.
Aceito para publicação em 11 de novembro de 2020.